

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.480 - MG (2019/0287362-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE MONTES CLAROS - MG**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE MONTES CLAROS - SJ/MG**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
INTERES. : **ROGERIO GOMES FERREIRA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

DECISÃO

O JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE MONTES CLAROS – MG suscita conflito de competência diante do **JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE MONTES CLAROS – SJ/MG**, em autos de processo penal deflagrado pela suposta prática de contrabando.

O Juízo Federal da 1ª Vara de Montes Claros – SJ/MG declinou da competência, fundamentalmente, porque a descrição dos fatos não denotaria a transnacionalidade do delito, haja vista não haver sido comprovada a internalização dos cigarros.

Encaminhado o processo à Justiça estadual, o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Montes Claros – MG suscitou este conflito de competência, sob o argumento de que o delito de contrabando deve ser julgado pela Justiça Federal, independentemente da inexistência de indícios de transnacionalidade, conforme orientação desta Corte.

Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal, às fls. 106-111, pelo conhecimento do conflito para que seja declarada a competência do Juízo suscitado.

Decido.

A definição da competência, ao tratar dos crimes de contrabando e de descaminho, foi reformulada por esta Corte, na ocasião do julgamento do **CC n. 169.748/SP**. No referido aresto ficou assentado:

[...]

1. A jurisprudência desta Corte orientava para a competência da Justiça Federal para o julgamento dos

crimes de contrabando e descaminho (Súmula 151/STJ), até que julgado (CC n. 149.750/MS, de 26/4/2017), fundado em conflito que debateu crime diverso (violação de direito autoral), modificou a orientação sedimentada, para limitar a competência federal, no caso de contrabando, às hipóteses em que for constatada a existência de indícios de transnacionalidade na conduta do agente. 2. Consolidada a nova compreensão, sobreveio o julgamento do CC n. 159.680/MG (realizado em 8/8/2018), no qual a Terceira Seção entendeu pela competência federal para o julgamento do crime de descaminho, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade na conduta. 3. **Tal orientação, no sentido da desnecessidade de indícios de transnacionalidade, deve prevalecer não só para o crime de descaminho, como também para o delito de contrabando, pois resguarda a segurança jurídica, na medida em que restabelece a jurisprudência tradicional; além do que o crime de contrabando, tal como o delito de descaminho, tutela prioritariamente interesse da União, que é a quem compete privativamente (arts. 21, XXII e 22, VII, ambos da CF) definir os produtos de ingresso proibido no país, além de exercer a fiscalização aduaneira e de fronteira.** 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, o suscitante. (CC n. 160.748/SP, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, DJe 4/10/2018, destaquei)

Desde então, a solução para a controvérsia estabelecida em torno da competência para o julgamento de casos que envolvem a prática de contrabando e de descaminho tem seguido essa orientação, conforme se verifica, por exemplo, no seguinte precedente:

[...]

Em recente reexame da matéria, por ocasião do julgamento do CC 160.748/SP, a Terceira Seção desta Corte, por unanimidade, reconheceu a necessidade de restabelecimento do entendimento outrora fixado na Súmula 151/STJ, dando tratamento igual ao contrabando e ao descaminho, e atribuindo à Justiça Federal a competência para o seu julgamento. Isso porque os crimes de contrabando e descaminho tutelam prioritariamente interesses da União, que é a quem compete

Superior Tribunal de Justiça

privativamente (arts. 21, XXII, e 22, VII, ambos da CF) definir os produtos de ingresso proibido no país, além de exercer a fiscalização aduaneira e das fronteiras, mediante atuação da Receita Federal e da Polícia Federal. De consequência, é despiciendo perquirir sobre a existência de indícios de transnacionalidade do iter criminis, seja dizer da participação do investigado na internalização da mercadoria estrangeira no país. (**AgRg no CC n. 160.673/SP**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 19/2/2019).

Ante o exposto, conheço do conflito para **declarar competente o Juízo Federal da 1ª Vara de Montes Claros – SJ/MG**, ora suscitado.

Publique-se. Dê-se ciência aos Juízos suscitante e suscitado.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**